



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 4 • nº 17 • 27/05 a 02/06/07 • ISSN1809-6182

Análise

30/05/2007 – Desenvolvimento limpo e o mercado de carbono p.01

Em 1997, 159 países reunidos na cidade de Quioto, no Japão, elaboraram o Protocolo de Quioto. A partir dele, foram idealizados os mecanismos de flexibilização para redução de emissões que originaria o que hoje conhecemos por mercado de carbono.

Resenha

05/06/2007 – Novos movimentos paramilitares na Colômbia p.07

Mesmo com os esforços dirigidos à desmobilização e alguns sucessos no caminho em direção à estabilidade na Colômbia, novos grupos armados têm aparecido no país. A abordagem do governo tem sido a de vê-los como gangues, porém seu nível de organização e força militar podem indicar que essa abordagem não é adequada.

Desenvolvimento limpo e o mercado de carbono

Análise
Desenvolvimento

Joana Laura M. Nogueira
30 de maio de 2007

Em 1997, 159 países reunidos na cidade de Quioto, no Japão, elaboraram o Protocolo de Quioto. A partir dele, foram idealizados os mecanismos de flexibilização para redução de emissões que originaria o que hoje conhecemos por mercado de carbono.

Em 1997, durante a terceira Conferência das Partes (COP3)¹ da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (CQNUMC), foi elaborado o Protocolo de Quioto. No texto, definiu-se o que seriam os mecanismos de flexibilizações² que originariam o mercado de carbono, a partir da negociação dos Certificados de Emissões Reduzidas (CER)³ [Ver também: [Protocolo de Kyoto: Origem](#)].

Ficou definido, também, que o Protocolo entraria em vigor após a ratificação de, no mínimo, 55 países pertencentes ao Anexo B do Protocolo⁴. Estes deveriam diminuir, até 2012, cerca de 5,3% das emissões de gases do efeito estufa (GEEs) em relação aos níveis de 1990. Os Estados que descumprirem suas metas estarão sujeitos a sanções que serão definidos pelo Comitê de Implementação.

As assinaturas iniciaram-se em março de 1998, mas apenas em novembro de 2004, após o compromisso da Rússia, o número de ratificações foi suficiente para que o Protocolo entrasse em vigor. Conforme as regras do acordo, isso se daria noventa dias após alcançadas o número mínimo de ratificações, neste caso, em fevereiro de 2005 [Ver também: [Protocolo de Kyoto entra em vigor](#)]. Os Estados Unidos (EUA) e a Austrália assinaram, mas não ratificaram. Entretanto, os EUA comprometeram-se a diminuir suas emissões em 7%.

O objetivo do Protocolo de Quioto é reduzir a emissão de gases do efeito estufa e, com isso, diminuir as prováveis alterações climáticas na Terra, especialmente quanto à elevação das temperaturas.

Para isso, os países se comprometeram a desenvolver mecanismos e tecnologias a fim de reduzir suas emissões, tendo como parâmetros os níveis medidos no ano de 1990. Até 2005, algum avanço deveria ser comprovado e posteriormente entre 2008 e 2012, as metas deverão ser completamente alcançadas.

Os gases a terem suas emissões diminuídas encontram-se definidos no Anexo A do Protocolo, a saber: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs), hexafluoreto de

¹ “Conferência das Partes” é o órgão supremo da Convenção e tem a responsabilidade de manter a implementação da Convenção.

² Os Mecanismos de Flexibilização são as formas definidas pelo protocolo para auxiliar na diminuição das emissões de GEEs.

³ A unidade de redução das emissões de gases do efeito estufa, medidas em toneladas de CO₂.

⁴ Quadro em anexo no final do texto, também conhecido por Anexo I. Os países deste anexo, são considerados industrializados, as reduções diferenciadas justificam-se por estarem baseadas nas emissões de 1990.

enxofre (SF₆). Eles são liberados entre outros casos, pela queima de combustíveis fósseis⁵, processos industriais, produção agrícola e no processo de tratamento de dejetos.

Países da União Européia comprometeram-se a reduzir em 8% suas emissões, os EUA em 7% (e vêm cumprindo internamente seu compromisso), outros países industrializados 5%; a Rússia, a Nova Zelândia e a Ucrânia comprometeram-se em manter suas emissões e alguns países podem aumentar seus índices como: Austrália em 8%, Noruega em 1% e Islândia em 10%.

Já os países não constantes do Anexo B comprometem-se em cooperar para que as metas possam ser alcançadas formulando políticas nacionais e regionais e elaborar estratégias para que seja facilitado o desenvolvimento das ações necessárias à mitigação das emissões.

Entre os mecanismos de flexibilização utilizados pelos países que foram aprovadas pelo Protocolo estão: o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o Comércio de Emissões (CE) e a Implementação Conjunta (JL, sigla em inglês). Os últimos são válidos, exclusivamente, para as partes constantes no Anexo B.

O Comércio de Emissões encontra-se no Artigo 17 e estabelece que os países industrializados (Anexo B) podem comercializar o que exceder suas metas de redução. A Implementação Conjunta foi proposta pelos EUA e permite negociações bilaterais de implementação conjunta nos projetos de redução de emissões.

O MDL, que está sob a égide do artigo 12 do acordo, consiste em que em que cada tonelada de gás carbônico que deixe de ser

emitida ou que seja retirada da atmosfera por países em desenvolvimento possa ser negociada no mercado mundial.

Essas estratégias foram mais bem estruturadas durante as diversas Conferências das Partes (COP) realizadas até o ano de 2006. Em relação às regras de utilização do MDL, a COP 9, realizada em Milão, no ano de 2003, foi a que obteve maiores avanços. Criou-se assim um novo atrativo para a redução das emissões globais.

A partir de então, os mecanismos para o desenvolvimento do mercado de carbono foram elaborados [Ver também: [Protocolo de Kyoto: Mercado de Carbono](#)]. Neste sentido, definiu-se que as empresas que não forem capazes (ou não desejarem) diminuir suas emissões poderiam comprar os Certificados de Emissões Reduzidas de países ou empresas localizadas em áreas em desenvolvimento, que deverão usá-los como mecanismo de implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável.

Podem, portanto, participar do MDL os países constantes ou não do Anexo B ou entidades públicas ou privadas destes países, desde que autorizados pela autoridade designada⁶ de cada país. As especificidades dos projetos de MDL foram definidas pela COP7 e pela COP9, cuja responsabilidade ficou por conta do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico, no âmbito do Protocolo.

Para gerir os projetos de MDL, foi instituído o Conselho Executivo, que trabalha na promoção e transparência do mercado; é o responsável final pela certificação e verificação das reduções e do registro e validade das agências de certificação. No Brasil, a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC é a autoridade designada

⁵ Combustíveis formados há milhões de anos derivados de decomposição de plantas e animais, a exemplo do petróleo e do carvão.

⁶ Autoridade Nacional Designada, órgão de cada país junto a CQNUMC para atestar a legalidade dos projetos.

para aprovar os projetos de MDL, ela encontra-se sob a gerência do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Os projetos de MDL dividem-se em: fontes renováveis e alternativas de energia; eficiência de energia e, reflorestamento e estabelecimento de novas florestas (esta concentra a maior parte dos projetos). É necessário cumprir uma série de exigências para que um projeto seja aprovado como MDL. Entre eles destacam-se: a adesão voluntária, não utilização de tecnologia nuclear, não tenham impactos danosos ao meio ambiente, tenham por objetivos o desenvolvimento sustentável, entre outros.

Estes podem ser financiados através de investimentos externo diretos, o que beneficia países em desenvolvimento que necessitam de investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento. Em última instância, o mercado de carbono a partir do MDL, como um setor do comércio internacional, poderá gerar lucros aos países em desenvolvimento que implementarem projetos para usufruírem de seus benefícios.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, as negociações com créditos de carbono na região têm potencial para gerar US\$ 210 milhões, o que representa cerca de 55 milhões de toneladas de CO₂. Segundo a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), os custos aproximados das reduções de emissões chegariam até 2% do PIB dos países. Com o comércio de carbono este valor poderia ser reduzido para até 1% do PIB dos estados participantes.

O comércio de carbono funciona com a negociação de Certificados de Emissões Reduzidas (CER), também conhecidas por créditos de carbono. Existem instituições internacionais que negociam estas *commodities*⁷. No Brasil, a Bolsa de Valores

do Rio de Janeiro criou, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), instrumentos para negociações destes CERs. Existem outras instituições em todo mundo que fazem este comércio, entre elas a *Chicago Climate Changes*, o *Australia Green Office* e o *Emissions Trading Group*.

As projeções para o mercado de carbono giram em torno de US\$ 3 a 5 bilhões por ano e, após 2010, quando o mercado estiver mais consolidado, poderá chegar a US\$ 15 bilhões anuais. Segundo relatório recente do Banco Mundial (BM), em 2005, foram negociados nas principais instituições ligadas ao comércio de créditos de carbono cerca de US\$10 milhões; enquanto, em 2006, este número chegou a US\$30 milhões, considerando-se todas as modalidades de flexibilização dispostas no Protocolo.

No mundo, atualmente, são gerados cerca de 142 milhões de CERs. A Ásia é o maior produtor de créditos de carbono, tendo como destaque a China que gera cerca de 61% do suprimento global de CERs⁸. Em 2007, o Brasil apareceu em terceiro lugar na produção de CERs, com cerca de 11% do total mundial. Considerando-se o montante geral de créditos e que cada CER está cotado a cerca de US\$10, este mercado produzirá em 2007, algo em torno de US\$1,4 bilhões (valor superior as expectativas).

A empresa Nova Gerar, uma das pioneiras a conseguir certificações para produzir CER no Brasil, administra cerca de 600 projetos de MDL. Até 2012, estima-se uma redução de 900 milhões de toneladas de CO₂ e, considerando o valor médio de 10 dólares por CER, alcançar-se-ia a cifra de 9 bilhões de dólares apenas no mercado nacional.

Este é um setor não completamente explorado pelos países em

pois alguns teóricos ainda não consideram o carbono como uma *commodity*.

⁸ Fonte: Banco Mundial.

⁷ Ainda há divergências quanto esta classificação,

desenvolvimento. Entretanto, tem um grande potencial para transferir renda de países industrializados, pertencentes ao Anexo B do Protocolo de Quioto, para países em desenvolvimento, que a partir de iniciativas simples podem obter lucros crescentes com a exploração de créditos de carbonos.

Os países que se comprometeram a reduzir suas emissões estão tendo dificuldades de cumprir suas metas, pois além de custosas, elas podem atrapalhar setores essenciais para a economia dos países.

Desse modo, as partes se vêem propensas a cumprir seus objetivos adquirindo CRE produzidos por países em desenvolvimento, pois os demais meios de flexibilização são, de certa maneira, limitados, uma vez que estão reduzidos aos países integrantes do Anexo B que tenham créditos de emissões sobressalentes, como Austrália e Islândia.

De outro modo, as reduções requerem um esforço individual dos próprios países utilizando-se de programas de reduções ou dos outros mecanismos de flexibilização propostos pelo Protocolo.

No entanto, países emergentes como China, Índia e Brasil, em alguns anos, deverão também ter de cumprir metas de reduções. Portanto, eles devem aproveitar a oportunidade para desenvolver projetos e tecnologias a fim de explorar este setor obtendo lucros, enquanto isto é possível. De outro modo no futuro, estes projetos e tecnologias só poderão ser utilizados para benefício próprio quando se tratar das reduções nas emissões.

Considerando os últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC [ver também: [Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas](#)], o aquecimento global é consequência da ação humana e requer medidas de contenção rápidas e eficientes.

Portanto, os países em desenvolvimento

poderiam utilizar, como políticas para desenvolvimento, os ganhos econômicos com o comércio de créditos de carbono e juntamente com esses ganhos, obterem benefícios ambientais ocasionados pelas reduções de emissões de GEEs, que foi uma das alternativas apresentadas pelo IPCC no sentido de desacelerar as mudanças do clima na Terra.

Referência

Documento:

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL: guia de orientação / Coordenação-geral Ignez Vidigal Lopes. - Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2002.

Sites:

Carbono Brasil

<http://www.carbonobrasil.com>

Cepal

<http://www.eclac.org>

Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

<http://www.bvrj.com.br>

MCT

<http://www.mct.gov.br>

MRE

<http://www.mre.gov.br>

Reuters

<http://br.today.reuters.com/>

The World Bank Carbon Finance Unit

<http://carbonfinance.org/>

UNFCCC

<http://unfccc.int>

Ver também:

02/12/2004 : [Protocolo de Kyoto entra em vigor](#)

18/03/2005: [Protocolo de Kyoto: origem](#)

18/03/2005: [Protocolo de Kyoto: Mercado de Carbono](#)

09/04/2007: [Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas](#)

Anexos**Anexo B**

Parte	Compromisso de redução ou limitação quantificada de emissões (porcentagem do ano base 1990 ou período)
Alemanha	92
Austrália	108
Áustria	92
Bélgica	92
Bulgária*	92
Canadá	94
Comunidade Européia	92
Croácia*	95
Dinamarca	92
Eslováquia*	92
Eslovênia*	92
Espanha	92
Estados Unidos da América	93
Estônia*	92
Federação Russa*	100
Finlândia	92
França	92
Grécia	92
Hungria*	94

Irlanda	92
Islândia	110
Itália	92
Japão	94
Letônia*	92
Liechtenstein	92
Lituânia*	92
Luxemburgo	92
Mônaco	92
Noruega	101
Nova Zelândia	100
Países Baixos	92
Polônia*	94
Portugal	92
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	92
República Tcheca*	92
Romênia*	92
Suécia	92
Suíça	92
Ucrânia*	100

** Países em processo de transição para uma economia de mercado.*

Novos movimentos paramilitares na Colômbia

Resenha
Segurança

Luiz Fernando Damaceno Moura e Castro

05 de junho de 2007

Mesmo com os esforços dirigidos à desmobilização e alguns sucessos no caminho em direção à estabilidade na Colômbia, novos grupos armados têm aparecido no país. O governo vem considerando-os como gangues, porém seu nível de organização e força militar podem indicar que essa abordagem não é adequada.

Formadas em abril de 1997, o grupo paramilitar *Autodefensas Unidas de Colômbia* (AUC) sofreu, de 2003 a 2006, um processo de desmobilização e reintegração através do esforço do governo colombiano. Essa ação é vista pelo atual presidente Alvaro Uribe como um passo essencial em direção à paz no país. Depois de retirar 32 mil membros da AUC de atividade, algumas mudanças no conflito já podem ser vistas.

O esforço, porém, tem sido minado pelo aparecimento de um grande número novos de grupos paramilitares bem organizados. O governo os tem reduzido a simples *bandas criminales*, ou seja, apenas gangues que devem ser consideradas como assunto policial.

Com estimativas que vão de 3 a 9 mil¹ pessoas, os grupos têm formação variada, às vezes encabeçadas por paramilitares que não foram desmobilizados, comandadas por líderes presos da AUC, ou compondo o braço armado de organizações ligadas ao tráfico de drogas. Essas características colocam esses grupos em uma categoria mais perigosa que a de simples gangues armadas e devem receber atenção especial do governo colombiano, para que as medidas necessárias possam ser tomadas antes que esses grupos tenham força e estejam suficientemente

organizados para fazerem frente à autoridade colombiana.

Esses novos grupos paramilitares devem ser analisados levando-se em consideração as partes que compõem o conflito colombiano. Quatro atores podem ser identificados, sendo que eles são fortemente relacionados quanto à própria origem e atuação no país. São elas: os grupos paramilitares civis, os grupos de guerrilha, os narcotraficantes e o próprio governo colombiano.

Primeiramente, os combates foram travados entre o exército nacional colombiano e os grupos de guerrilha, primordialmente entre as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e o exército. Os primeiros lutam contra o governo central e são combatidos pelo exército em nome da ordem e paz nacionais. A relação que as FARC têm com os narcotraficantes se intensificou por volta da década de 1980, quando o tráfico de cocaína passou a compor uma das principais fontes de renda do grupo.

A atuação dos grupos de guerrilha fomentou a criação de grupos paramilitares civis. Esses grupos procuravam se defender da atuação das guerrilhas, que, por vezes, se voltavam contra a população de maneira a repreender aqueles que se colocavam contra sua causa, ou para recrutar jovens, muitas vezes de forma involuntária, como

¹ *International Crisis Group.*

será explicado mais adiante. A relação desses grupos com o tráfico de drogas se dá na forma de alianças entre traficantes e grupos combatentes.

O narcotráfico é parte integrante de todo o conflito. Muitas vezes os grupos se unem aos narcotraficantes em acordos bilaterais. Os traficantes utilizam os recursos, tanto dos grupos paramilitares quanto das guerrilhas, para produzir e transportar cocaína. Ao mesmo tempo, os grupos utilizam a droga como uma grande fonte de renda. Muitos dos confrontos entre os paramilitares e as guerrilhas se dão em nome do controle de zonas de produção, pistas de pouso e áreas estratégicas, diretamente ligadas ao tráfico.

O governo colombiano se encontra entre essas três forças, procurando lutar contra todos ao mesmo tempo. A falta de recursos e o decorrente vazio nos sucessos minam a credibilidade popular do governo central e do exército, dando mais força às facções criminosas. Na verdade, elas são vistas como alternativas à pobreza que assola as regiões mais desoladas.

Para melhor entender as origens do conflito e de seus atores, segue um histórico que procura esclarecer o contexto no qual esses atores surgiram e, em seguida, são discutidos os novos grupos paramilitares.

Histórico

A Guerra Civil Colombiana ocorreu entre 1948 e 1958, entre o Partido conservador Colombiano e o Partido Liberal Colombiano, aliado ao Partido Comunista Colombiano. Com o fim da guerra, a maioria dos grupos paramilitares que participaram do conflito foi desmobilizada, porém, alguns se mantiveram ativos. O grupo denominado *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*, braço armado do Partido Comunista, é um desses que, mesmo desaparecendo oficialmente após a guerra, ressurgiu, no país nos anos 1960.

O grupo organizava suas ações declarando ser o braço armado da luta contra o capitalismo e o imperialismo estadunidense na Colômbia, seguindo os princípios do Partido Comunista. Mas, com o passar do tempo houve dissenso entre as duas facções. Tanto desacordos sobre a evolução do comunismo, quanto a relação das FARC com o tráfico de drogas culminaram com a separação completa entre o Partido e o grupo armado na década de 1980.

O Partido Comunista continuou como um partido legal na Colômbia, porém, o grupo armado não se desmobilizou, se considerando ainda um movimento de guerrilha pela libertação da Colômbia.

As atividades do grupo se diversificaram, ficando cada vez mais ligadas ao narcotráfico, principalmente porque é através da venda de drogas e seqüestros que a organização busca financiamento para suas operações. Além disso, o grupo organiza recrutamentos compulsórios na área rural colombiana, seqüestrando jovens nas vilas para transformá-los em soldados.

As práticas ilegais do grupo, principalmente as ligadas ao tráfico de drogas (que crescia exponencialmente ao redor da produção e tráfico de cocaína), recrutamento forçado entre a população civil e extorsão de comunidades inteiras em troca de “proteção” criou animosidade contra ele. A hostilidade vinha não apenas do governo colombiano, que perdeu autonomia sobre parte de seu território, como também fomentou a criação de grupos paramilitares entre civis que procuravam se defender das ações das FARC.

Assim, grupos de guerrilha antigovernista com inspirações políticas de esquerda, grupos de narcotraficantes com grande liberdade de movimentação pelo território e gangues de crime organizado conviviam no mesmo contexto. O Estado colombiano se viu incapaz de controlar todos esses fatores ao mesmo tempo, o que



proporcionou condições favoráveis para o aparecimento dos grupos paramilitares locais.

Esses pequenos grupos de civis armados procuravam defender suas comunidades de ataques provenientes das guerrilhas que, em nome de sua causa se voltavam, muitas vezes, contra a população, destruindo propriedade e seqüestrando cidadãos para forçá-los a lutar contra o governo. Além disso, os grupos procuravam defender seus interesses nas próprias comunidades já que parte da vida política e econômica sofria a infiltração das facções criminosas.

AUC

As forças paramilitares nunca formaram um bloco homogêneo, sendo mais um acordo de interesses entre barões do tráfico, crime organizado e grupos armados contra as forças de guerrilha. Os primeiros avanços na unificação desses atores, na denominada *Autodefesas Unidas de Colômbia* (AUC), começam em meados de 1990. Nesse período, a influência de Carlos Castaño, fundador do movimento camponês de extrema direita *Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá* (ACCU) em resposta às ações das FARC, cresceu entre os diversos grupos devido ao seu sucesso contra as guerrilhas.

Em 1997, a reunião de Castaño com líderes de outros grupos que operavam independentemente no país oficializou a criação da ACU. Nessa época, a organização contava com aproximadamente 4 mil combatentes, entre unidades rurais e urbanas, esquadrões de extermínio e elementos de logística e inteligência. Mais tarde, em 1998, uma segunda reunião decidiu expandir a extensão do domínio da ACU, enquanto o número de combatentes subia para 6800.

Entre 1998 e 2000, as incursões da ACU a levaram à costa atlântica e à fronteira com a Venezuela, deslocando as forças das

FARC e do *Ejército de Liberación Nacional* (ELN)² de diversas zonas de plantação de coca. Mesmo tendo seus centros de controle no norte e centro da Colômbia, a ACU também enviou soldados ao sul do país, normalmente com o intuito de capturar campos de plantação de coca. Em 2000, as forças da ACU eram compostas por 8 mil soldados bem equipados e seu envolvimento com o tráfico de drogas era inegável, sendo o tráfico o responsável por grande parte de seu financiamento. Em 2002, os combatentes ligados a ACU eram 12 mil.

Junto da expansão econômica e militar, veio a penetração na vida política da Colômbia. Castaño procurava apresentar a ACU como um ator legítimo na guerra contra as FARC e o Estado como incapaz de prover ordem. Além disso, a intimidação ou o controle de candidatos permitiu à AUC ter controle sobre fundos públicos.

Com a eleição de Alvaro Uribe à presidência da Colômbia, um plano mais consistente de desmobilização foi apresentado, mas o envolvimento das organizações com o tráfico de drogas minava a confiança pública de que haveria, de fato, um desmantelamento da estrutura dos grupos paramilitares.

Em 2003, começaram as negociações relativas à desmobilização da AUC e dos outros grupos paramilitares colombianos, através do Plano Patriota, previsto no plano de governo de Alvaro Uribe, eleito em 2002 [[Ver também: Colômbia: política de segurança de Alvaro Uribe](#)]. As negociações para a desmobilização dos grupos de guerrilha (FARC e ELN) já vinham ocorrendo desde 1999.

Mesmo com um sucesso relativo da política de desmobilização, alguns dos

² O ELN, menos conhecido as FARC, maior grupo de guerrilha, além de menor, estimado em 3.500 a 5.000 homens, é inspirado no marxismo-leninismo e reclama a luta pela defesa dos interesses nacionais.

líderes dos grupos paramilitares se recusaram a deixar as armas, alegando que as condições do acordo não lhes eram satisfatórias. Dessa maneira, esses membros remanescentes iniciaram a formação de novos grupos.

Os novos grupos armados

A AUC construiu seu poder baseando-se em todos os setores da sociedade. Os novos grupos ainda não têm esse tipo de alcance, já que são menores e menos organizados. Em sua curta história, a mudança de denominações e lideranças não tem sido incomum, assim como embates com outros grupos emergentes por território estratégico, e brigas internas entre lideranças. Segundo dados do *International Crisis Group*, o governo colombiano identificou 22 grupos, presentes em 102 municípios (sendo 1119 municípios colombianos no total) e a polícia alega que são atualmente 3 mil pessoas envolvidas. Estudos independentes têm números mais altos, alegando a existência de aproximadamente 80 grupos, com números que variam de 4500 a 9078 membros, presentes em 169 municípios.

É importante notar que alguns desses grupos não têm ligação alguma com a AUC, e existem aqueles que começaram suas atividades anteriormente ao início das negociações sobre a desmobilização. Outros, ainda, deixaram as negociações assim que elas iniciaram, não passando nunca por processos de desmobilização.

Os novos grupos têm nomes relativos à luta de guerrilhas, como *Autodefesas Campesinas Del Norte Del Vale* (AUCNV) ou *Rondas Populares Campesinas*, assim como nomes mais ligados a gangues armadas como *Black eagles* e *Organizacion Nueva Generación* (ONG).

Assim como os nomes, a atitude dos grupos também varia. Alguns têm uma estrutura mais militarizada, como a ONG, que tem suas raízes em grupos ligados à

AUC. Grupos menos coesos não seguem uma linha de comando clara, sem a necessidade do uso de uniformes militares, como a *Black Eagles*, de maneira contrária aos grupos mais organizados.

Todos os grupos estão envolvidos em algum tipo de atividade ilegal, seja ligada ao tráfico de drogas, seja o contrabando de mercadorias, principalmente em pontos de fraca fiscalização, nas fronteiras com o Equador e a Venezuela. Em relação ao crime organizado, os níveis de interação variam. Por exemplo, a ONG age mais autonomamente, com as próprias alianças relativas ao tráfico e capaz de combater rivais nas regiões que atua. Os *Black Eagles*, por outro lado, fazem parte de uma intrincada rede de criminalidade, sendo mais ligados ao crime organizado, tráfico e contrabando.

Em relação às forças de guerrilha, alguns grupos têm feito alianças com o tráfico de drogas. Estas, porém, são mantidas apenas para operações momentâneas. Outros como a ONG tem uma estrutura territorial mais bem definida e tem que defender plantações de coca de ataques das FARC e do ELN. De maneira geral, os grupos têm tido embates entre si, mas principalmente com os grupos guerrilheiros.

Sobre o potencial de influência política desses novos grupos ainda se sabe pouco. Entretanto, existem poucas chances que eles tenham alguma influência considerável nas eleições presidenciais de 2007.

A resposta do governo ao surgimento desses novos grupos tem sido insuficiente, sendo que eles vêm sendo tratados apenas como caso de força policial. Além disso, os esforços da própria polícia não têm sido eficazes em parar o crescimento dos grupos e de sua área de influência. Em algumas áreas do país, as forças de segurança não agem em conjunto, dando mais espaço para a atuação dos grupos. Outros fatores desfavoráveis à paz são a ineficiência de instituições de justiça, que têm poucos recursos para processar os



criminosos, e as falhas no programa de reintegração de ex-combatentes.

Todos esses pontos dificultam o combate aos novos grupos. Dessa maneira, se vê que é necessário uma nova atitude do governo colombiano, que procure considerar os grupos como uma ameaça a todo o país e não como simples *bandas criminales*. Também se faz necessária uma nova estratégia de combate, com maiores recursos e poder, tanto policial como militar, além de um programa mais eficiente de reintegração de ex-combatentes à sociedade³. Essas ações devem ter em vista os locais abandonados pela desmobilização de grandes grupos como a AUC e que são almejados pelas FARC e ELN, onde podem surgir ainda mais grupos.

O cenário atual colombiano pode ser o embrião de uma nova organização paramilitar, altamente ligada ao tráfico de drogas, com capacidade de influenciar até mesmo na vida política do país. Ainda, condições econômicas desfavoráveis aos habitantes locais são atraentes para os grupos, que chamam os jovens com promessas de dinheiro.

Uma nova estratégia do governo para esses novos grupos é necessária, antes que eles tenham força o suficiente para impedir qualquer tipo de esforço do governo na direção de exterminá-los.

<http://www.farcep.org>

Ejército de Liberación Nacional

<http://www.eln-voces.com/>

International Crisis Group

COLOMBIA'S NEW ARMED GROUPS

Relatório para a América Latina nº 20 - 10 de maio de 2007

<http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?l=1&id=4824>

Le monde diplomatique

<http://diplo.uol.com.br/2007-05,a1568>

Movimiento Nacional de Autodefensas Desmovilizadas

<http://www.colombialibre.org/>

Ver também

[\[30 de setembro de 2004 - Colômbia: política de segurança de Alvaro Uribe\]](#)

[\[17 de maio de 2004 - Violência na Colômbia\]](#)

Referência

Sites:

Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia - Ejército del Pueblo

³ *International Crisis Group*

ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Morlim; Fernando Maia; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itáú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

